

O Comércio Justo Proporciona uma Resposta à Insegurança Alimentar?

por Carlos Seixas Guimarães Soares, Docente da Universidade Lusíada de Angola, Luanda

No *dealbar* da crise alimentar de 2007/2008, causada pelo aumento dos preços dos alimentos, que suscitou ondas de protestos e revoltas devido à fome em mais de 60 países, a comunidade internacional demonstrou um interesse renovado na segurança alimentar. Na cúpula do G8 no Japão, em Julho de 2008, a gravidade da situação levou os líderes mundiais a doar US \$ 10 biliões para investimentos no desenvolvimento agrícola e assistência para ajudar as pessoas mais afectadas pela crise.

Nos países em desenvolvimento, grande parte da população gasta mais de metade do seu já parco rendimento na alimentação e, nos países industrializados, muitas famílias de baixo rendimento enfrentam enormes dificuldades, particularmente com os aumentos significativos nos preços dos alimentos básicos.

Este fenómeno é causado pela combinação de vários factores que incluem o aumento do custo do petróleo e dos transportes, o desvio de algumas culturas alimentares para a produção de biocombustível e o aumento da procura de carne e outros alimentos em economias em rápido crescimento, como a Índia e a China. Outras culturas também têm sido afectadas pelos padrões de mudança climática, tendo como consequência, menores rendimentos e até mesmo perda de colheitas.

O Comité para a Segurança Alimentar Mundial de 2012, perorou que “segurança alimentar e nutricional existe quando todas as pessoas têm acesso físico, social e económico à comida, que é segura e consumida em quantidade suficiente e qualidade para atender às suas necessidades e preferências alimentares, e é apoiada por um ambiente de saneamento adequado, serviços e cuidados de saúde, possibilitando uma vida saudável e activa”.

O oposto da segurança alimentar - insegurança alimentar - existe sempre que a disponibilidade de alimentos nutricionalmente adequados e seguros ou a capacidade de adquirir alimentos de formas socialmente aceitáveis é limitada ou incerta. É parte de um processo que inclui fome (privação de alimentos), desnutrição (deficiências, desequilíbrios ou excessos de nutrientes). Existem muitas razões complexas pelas quais um indivíduo se torna inseguro quanto à alimentação. A pobreza, ou seja, a escassez de recursos para a obtenção de alimentos é inequivocamente o factor determinante; quando acomunada a outros problemas socioeconómicos e políticos torna-se a causa da maior parte da insegurança alimentar em todo o mundo.

Pouco menos de um bilião de pessoas da população mundial não tem acesso a alimentos adequados para atender às suas necessidades nutricionais básicas. Alimentos globalmente suficientes são produzidos para alimentar a população actual, mas o acesso a uma dieta segura, suficiente e nutritiva é desigual em todo o mundo. Como a população global deve crescer de cerca de 7 biliões para mais de 9 biliões até 2050, existe o potencial para que a crise de segurança alimentar se aprofunde. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a procura por alimentos crescerá 38% até 2030 e 60% até 2050. Essencialmente, o desafio da segurança alimentar é atender à crescente procura por alimentos de maneira ambiental, social e economicamente sustentável. Acresce que, em face da evolução dos mercados mundiais, dos mecanismos de distribuição e mudanças climáticas e demográficas, ao fazê-lo, deverão ser fornecidos alimentos aceitáveis, seguros e nutritivos para todos.

O presente texto representa uma tentativa de discutir os benefícios das políticas de "comércio justo" em relação à insegurança alimentar. Consciente de que os argumentos representam apenas parte da solução, não considera propositadamente outros factores que poderiam ser abordados. O texto sustentará que o comércio justo tanto pode contribuir para aliviar ou aumentar a pobreza e, portanto, ser benéfico ou prejudicial.

Dado o fracasso do sistema internacional de comércio em proporcionar meios de subsistência decentes para milhões de produtores no mundo em desenvolvimento, o movimento do comércio justo acredita que é necessário um modelo alternativo que coloque o desenvolvimento sustentável e a justiça social no centro do comércio internacional. É esse objectivo principal que diferencia, o comércio justo, de outros modelos que visam garantir que as empresas comercializem de maneira "ética" ou "socialmente responsável", embora sejam passos significativos para promover o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente e prevenir as causas da pobreza e da marginalização que criam as condições em que as pessoas ou o meio ambiente são explorados. O comércio justo é uma estratégia para alívio da pobreza e para o desenvolvimento sustentável. O seu objectivo é criar oportunidades para produtores que tenham sido economicamente desfavorecidos pelo sistema convencional de comércio e promova parcerias comerciais baseadas no diálogo, transparência e respeito que contribuam para o desenvolvimento sustentável, oferecendo melhores condições comerciais aos produtores e trabalhadores.

Um princípio fundamental na política comercial - actualmente ausente da Organização Mundial do Comércio (OMC) - é que todos os países devem ter o direito à segurança alimentar e devem ter o direito de proteger sectores estratégicos na sua economia. O movimento do comércio justo acredita ainda que os países ricos têm a obrigação moral de interromper todas as formas de subsídio e dumping que distorcem o comércio nos mercados mundiais, pois o impacto dessas políticas contribui para o excesso de oferta e baixos preços, atirando milhões de pequenos agricultores e as suas famílias na pobreza e prejudicar a segurança alimentar em muitos países pobres. Os pequenos agricultores são extremamente vulneráveis como resultado do aumento dos preços do petróleo, fertilizantes e alimentos. Ao usar os seus métodos agrícolas eficientes, eles também estão em posição privilegiada para enfrentar os desafios da escassez de alimentos e da mudança climática.

Algodão, cacau, café e arroz são exemplos de produtos que são cultivados principalmente por pequenos agricultores, que trabalham as suas próprias terras e comercializam os seus próprios produtos através de uma cooperativa local

para serem certificadas pelo comércio justo. Esses produtos geralmente vêm de organizações de pequenos agricultores. Isso dá aos mesmos, acesso preferencial ao mercado sobre plantações maiores.

O comércio justo, apoiando organizações democráticas de pequenos agricultores, proporciona a estabilidade que os agricultores precisam para sobreviver e planejar o futuro. Isso permite que as famílias permaneçam e trabalhem as suas terras, culturas e mantenham as economias rurais em vez de migrar para os centros urbanos e aumentar as populações crescentes e totalmente dependentes da compra de alimentos para sobreviver.

Para os produtores de pequena escala, os benefícios mais directos do comércio justo vêm dos preços mais altos garantidos e do prémio social que deve ser investido em instalações de produção, projectos comunitários ou para aumentar as oportunidades de diversificação. Exemplos incluem o consórcio de café com citros ou bananeiras para fornecer sombra e culturas adicionais para os mercados locais. No Sri Lanka, por exemplo, os produtores de chá expandiram a sua produção de especiarias para o mercado internacional de comércio justo introduzindo novas especiarias nas suas plantações de chá. No Ruanda, as cooperativas de café começaram a torrar seu próprio café para venda dentro do país. Ainda neste país, as instituições de comércio justo ajudaram a ensinar os membros das cooperativas a melhorar o seu controlo de qualidade, desenvolver estratégias de marketing eficazes e criar relacionamentos benéficos com outros importadores de café especiais.

Os agricultores podem usar o prémio de comércio justo para melhorar a segurança alimentar local. As cooperativas de algodão do Mali investiram seu prémio de comércio justo na construção de armazéns para armazenar grãos e sementes após a colheita, para que também possam vender nos mercados locais no final da temporada, quando esse alimento é mais escasso.

Para projectos de maior dimensão, o "piso de preços" ajuda a proporcionar estabilidade económica, e o prémio social visa melhorar o bem-estar dos trabalhadores por meio de investimentos em treino, equipamentos,

investimentos em participação. O bem-estar da comunidade em geral seria superior na sequência de prestação de vários serviços sociais.

Os preços de comércio justo garantidos permitem que os produtores de bens primários não enfrentem o risco da variabilidade dos preços de mercado, particularmente nos mercados tropicais de comodidades que enfrentam altos níveis de flutuações de preços. Ainda, a certificação do comércio justo capacita agricultores e trabalhadores agrícolas a sair da pobreza. É uma abordagem ao comércio que tem uma forte lógica de desenvolvimento, baseada na introdução de produtores anteriormente excluídos em mercados potencialmente lucrativos e no fornecimento de pré-financiamento. Independentemente da causa dos produtores em países pobres serem excluídos do financiamento do comércio e dos mercados lucrativos nos países desenvolvidos - possivelmente devido à má governança nos países em desenvolvimento – é possível argumentar que o comércio justo proporciona esses importantes benefícios económicos.

Em Junho de 2008, George Monbiot, um jornalista, argumentou no jornal *The Guardian* que os métodos, há muito desprezados, mas altamente produtivos, da "agricultura de pequeno camponês" podem, no final das contas, provar ser a melhor forma de abordar a segurança alimentar. De comércio justo, ele diz: "Por muitos anos, liberais bem-intencionados apoiaram o movimento do comércio justo por causa dos benefícios que ele oferece directamente às pessoas de quem ele compra. Mas a estrutura do mercado global de alimentos está a mudar tão rapidamente que o comércio justo está a tornar-se num dos poucos meios pelos quais os pequenos agricultores dos países pobres ainda podem sobreviver. Uma mudança de pequenas para grandes fazendas causará um grande declínio na produção global, assim como o fornecimento de alimentos se torna apertado. O comércio justo agora pode ser necessário não apenas como meio de redistribuição de renda, mas também para alimentar o mundo”.

Mas o comércio justo também atraiu críticas de vários ângulos. Uma crítica proeminente da abordagem do comércio justo é que, apesar de suas boas intenções, ela não consegue tirar os agricultores pobres das nações em desenvolvimento da pobreza. Na melhor das hipóteses, o comércio justo torna

os agricultores um pouco menos pobres, em detrimento de outros, ao mesmo tempo em que retira energia da possibilidade de desenvolvimento econômico genuíno. Recompensa agricultores ineficientes que produzem bens de baixa qualidade. O modelo do comércio justo pressupõe que os agricultores pobres devem permanecer sempre agricultores, e procura subsidiar sua vida agrária, negando-lhes a possibilidade de aspirar a uma vida melhor.

Ao garantir preços mínimos, o comércio justo cria distorções nos mercados de bens, incentivando a produção excessiva e minando a realocação de recursos para tipos alternativos de produção nas nações em desenvolvimento.

Segundo a Confederação da Oxfam, no momento em que são necessárias quinhentas pessoas na Guatemala para encher um grande recipiente com café, a mesma quantidade pode ser recolhida no Brasil por cinco pessoas e uma colhedora mecânica. O comércio justo apoia cooperativas ineficientes e de mão-de-obra intensiva numa batalha que os pobres agricultores jamais conseguirão vencer, aprisionando-as na pobreza. Alega que cria oportunidades de trabalho ao resistir à mecanização. Mas que ao fazê-lo, pode entrar em conflito com os planos nacionais de desenvolvimento econômico. Foi dito que "nenhum país jamais se tornou rico enquanto permanecesse agrário". O comércio justo responde à crítica de manter as famílias presas à terra afirmando que não há outras opções para os pequenos agricultores: elas devem continuar a produzir as mesmas culturas. Isso parece uma atitude derrotista para um movimento que se orgulha de lutar batalhas contra as probabilidades. Imaginar como a energia criativa envolvida na criação da certificação do comércio justo poderia ter estimulado a diversificação é ver que muito poderia ter sido feito. Mesmo negando a possibilidade de diversificação, deveria ter sido possível trabalhar com os agricultores para aumentar o seu rendimento promovendo maior eficiência, melhorando a qualidade de seus produtos ou encorajando-os a subir na cadeia de valor e processar os seus próprios produtos.

O sistema de comércio justo está aberto ao abuso de várias maneiras. Este é um assunto sério, já que opera em países que frequentemente já apresentam altos níveis de corrupção. Também é sério para um movimento que depende de uma

reputação de trazer honestos negócios para uma indústria supostamente corrompida. O comércio justo não desconsidera os mais pobres, mas agrava a situação exigindo que as fazendas certificadas não contratem empregadores permanentes em tempo integral, reduzindo as oportunidades de trabalho contratado para trabalhos sazonais não frequentes onde os níveis salariais são difíceis de monitorar e podem ser ilegalmente baixo. Em 2007, o Comité de Desenvolvimento Internacional declarou oficialmente que "o comércio justo poderia ter um impacto mais profundo se visasse mais conscientemente os mais pobres dos pobres".

O comércio justo é, em última instância, impulsionado pela procura dos consumidores ocidentais. Não são os benefícios que se acumulam aos produtores pobres, que determinam o quanto os consumidores estão dispostos a pagar, mas os resultados que os consumidores ocidentais acreditam ser bons para os produtores pobres. Por exemplo, o comércio justo certificado restringe o trabalho ocasional e proíbe o trabalho infantil. Muito tem sido escrito sobre o trabalho infantil em países pobres. No geral, as famílias pobres não enviam seus filhos para serem cruéis com elas, mas para ajudar a fornecer um rendimento básico para a família. A proibição do trabalho infantil pode ser prejudicial para as famílias e também para as crianças que podem ser forçadas a outras actividades perigosas. O movimento do comércio justo argumentaria que o prémio social garante que as crianças possam frequentar a escola em vez de trabalhar. O facto da proibição do trabalho infantil permanece, no entanto. Seria melhor se esses problemas fossem administrados pelas famílias que vivem em pobreza extrema, e não pela imposição de consumidores ocidentais a milhares de quilómetros de distância.

Os proponentes do comércio justo podem argumentar que conseguir um preço melhor para uma pequena fração de safras de má qualidade não processadas e, assim, sustentar os pequenos agricultores na sua pobreza é o melhor que pode ser feito por eles. Isso é ignorar o dano que tais subsídios podem causar aqueles que estão fora da rede de comércio justo, incluindo os mais pobres. É também para contornar a corrupção e novas formas de risco a que o sistema expõe os participantes. Promovendo práticas agrícolas insustentáveis, o comércio justo

encoraja o excesso de oferta, onde causará maior dano entre os produtores marginais que devem ser ajudados a diversificar e desenvolver economicamente, não subsidiados para permanecerem pobres.

As nações industrializadas deveriam eliminar os seus níveis mais altos de proteção e subsídio antes de reduzir suas próprias tarifas. A principal preocupação tem sido como proteger os meios de subsistência dos pequenos produtores de impactos negativos súbitos devido a práticas comerciais desleais.

Entretanto, os países com insegurança alimentar devem também concentrar-se, em primeiro lugar, na necessidade de tempos de transição mais longos que possam ser utilizados para implementar estratégias adequadas de desenvolvimento rural e de alívio da pobreza. Em segundo lugar, eles precisam de instrumentos simplificados e eficientes para enfrentar práticas comerciais injustas e surtos de importação. Em particular, no que diz respeito às negociações, é importante esclarecer o uso alternativo, pelos países em desenvolvimento, de outras práticas comerciais contra os subsídios internos e, principalmente, os subsídios às exportações das nações industrializadas.

Alguns críticos defenderam altos níveis de proteção agrícola como forma de reduzir a pobreza e promover a segurança alimentar. Mas ao contrário da percepção comum de que a proteção é um imposto pago pelos estrangeiros aos governos dos países em desenvolvimento, grande parte desse imposto é pago pelos consumidores domésticos e colectado de forma privada pelos produtores na forma de preços mais altos. Esse imposto sobre os alimentos tem um tremendo impacto negativo sobre as pessoas pobres, que em muitos países em desenvolvimento gastam mais da metade do seu rendimento em comida. Trabalhadores rurais sem terra, famílias pobres e pequenos agricultores pobres tendem a ser compradores líquidos de alimentos. Os problemas enfrentados por eles são mais bem abordados por meio de políticas e investimentos dirigidos directamente a eles. O foco deve, portanto, estar em grupos vulneráveis e não em culturas. Acresce que, os inexistentes ou baixos níveis de investimento no sector agrícola nos países mais pobres ou em vias de desenvolvimento persistem

e, geralmente, os objectivos delineados pelos governos nestas regiões atinentes a este sector dificilmente são concretizados.

Há autores que sugerem que os princípios ou normas da OMC oferecem aos governos oportunidades para incrementarem as receitas rurais e a produtividade agrícola podendo, desta forma, aliviar a insegurança alimentar. Permite, por exemplo, aumentar os investimentos em capital humano, distribuição de terras, acesso a água, tecnologia, infraestrutura rural, pesquisa, controlo de pragas, consultoria e organizações agrícolas e outras formas de capital social. Entretanto, nos palcos multilaterais, os governos poderiam negociar afinadamente acordos melhorados relacionados com, por exemplo, o apoio agrícola doméstico ou o acesso a mercados para variados produtos agrícolas. Os governos poderiam privilegiar iniciativas de políticas comerciais com o objectivo de incrementar as receitas das classes mais vulneráveis e a criação de postos de trabalho. Finalmente, poderiam, também, negociar globalmente regras mais primorosas relacionadas com restrições às exportações para colmatar os efeitos nefastos dos aumentos dos preços nos consumidores dos países mais pobres e importadores de alimentos.

Todas essas políticas não são limitadas pelo acordo da OMC sobre agricultura. Porém, os decisores políticos necessitam de demonstrar perseverança e determinação no que concerne ao progresso e resolução de questões complexas tais como, o já mencionado, apoio agrícola doméstico. Apesar dos governos se mostrarem pouco crentes em alcançar progressos nesta área devido à enorme responsabilidade que o processo acarreta, os recentes e encorajadores desenvolvimentos relacionados com as exportações agrícolas e os subsídios, pronunciam conclusões animadoras. Portanto, os tomadores de decisão detêm agora a possibilidade de apresentarem medidas contundentes para garantir mercados sustentáveis e justos que possam efectivamente contribuir para o alívio substancial da pobreza, fome e desnutrição.

A Agenda 30 das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável estabelecida em Setembro de 2015 incorpora metas ambiciosas para a sociedade global. Um destes objectivos é aprimorar a segurança alimentar e nutricional

além da promessa de erradicar a fome e terminar com todas as formas de desnutrição, o que representa um avanço significativo em relação aos acordos internacionais previamente estabelecidos. Neste contexto, a política e o comércio internacional são fundamentais para a prossecução destes objectivos. Não obstante a evolução histórica no decréscimo da desnutrição nas últimas décadas, os governos precisam, urgentemente, de determinar novos métodos e abordagens para cumprir a ambição da Agenda 2030. Além dos que já foram mencionados anteriormente, mais investimentos para ajudar os pobres e vulneráveis requerem recursos adicionais da comunidade internacional. Os países industrializados podem cooperar concordando em reduzir as suas políticas protecionistas e subsídios nas negociações comerciais actuais e, ao mesmo tempo, assegurando o aumento do financiamento de organizações internacionais para o desenvolvimento rural, alívio da pobreza e intervenções na saúde, educação, energia, nutrição, entre outros. Simultaneamente, os governos dos países em desenvolvimento devem apoiar a estabilidade macroeconómica, a boa governança e a paz, se quiserem superar a pobreza, a fome e o tão almejado desenvolvimento económico.

26 Abril de 2014